



Projeto Pedagógico de Curso

Pós-Graduação *Lato Sensu*

Saúde pública: política, planejamento e gestão

Sumário

1.	Nome do Curso e Área do Conhecimento	2
2.	Características Técnicas do Curso	2
3.	Público Alvo.....	2
4.	Critérios de Seleção	2
5.	Justificativa do Curso	3
6.	Objetivos do Curso.....	3
7.	Metodologia de Ensino e Aprendizagem	4
8.	Estágio Não Obrigatório.....	6
9.	Matriz Curricular	7
10.	Carga Horária	8
11.	Conteúdo programático.....	8
12.	Infraestrutura Física e Pedagógica	24

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Saúde pública: política, planejamento e gestão

Área de Avaliação (CAPES): Ciências da Saúde (4.00.00.00-1)

Grande Área (CAPES): Saúde Coletiva

Área do Conhecimento (CAPES): Saúde Coletiva (4.06.00.00-9)

Classificação OCDE: Saúde e bem-estar

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 200 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

Destina-se aos portadores de diploma de curso superior reconhecido pelo MEC nas áreas relacionadas à saúde, entre eles: Enfermeiros, Farmacêuticos, Médicos, Fisioterapeutas, Nutricionistas, Psicólogos, Fisioterapeutas, Odontólogos, Assistentes Sociais, Gestores Públicos, Administradores Hospitalares e demais profissionais de nível superior da área de saúde que tenham interesse em ampliar seus conhecimentos acerca da saúde pública brasileira e as questões relacionadas à política, ao planejamento e à gestão.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do Curso

O cenário econômico atual, enquanto reflexo das mudanças no mundo do trabalho e do processo de rápida globalização financeira, tecnológica e cultural nas últimas décadas, também tem seu efeito sobre o setor terciário da economia, do qual fazem parte os serviços de saúde. Gerir serviços de saúde pública frente à uma constante ameaça de ascensão dos ideais neoliberais e com a possibilidade de redução nos investimentos, torna imperioso que o gestor tenha um conhecimento aprofundado sobre a formulação de políticas públicas de saúde, noções de responsabilidades relacionadas à gestão e ao planejamento dos serviços de saúde. Logo, a atuação dos profissionais dos serviços públicos tem sido cada vez mais relevante na reorganização das práticas sanitárias do nosso país, visando a busca por alternativas na construção de um sistema de saúde resolutivo, humanizado e de boa qualidade. Ao mesmo tempo, as inovações tecnológicas têm contribuído massivamente com o avanço das técnicas científicas aplicadas à assistência e com a implementação de Sistemas de Informação para a gestão dos serviços de saúde e do cuidado prestado ao usuário do SUS. Tais avanços tecnológicos demandam que o gestor desenvolva novas habilidades e competências para acompanhar e colaborar nesse processo, bem como dele usufruir. Esse curso se justifica pela carência de formações que contemplem tais aspectos políticos e gerenciais nos cursos de pós-graduação voltados a saúde pública. Sendo assim, o curso pretende formar profissionais que tenham uma visão crítica e ampliada da realidade onde se inserem e que sejam capazes de fazer uso de conhecimentos científicos que envolvem a interdisciplinaridade entre o saber da Saúde Pública, Gestão Social e Gestão Pública.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- Auxiliar o profissional na construção de um conhecimento que o capacite a exercer atividades de gestão em serviços de Saúde Pública com foco na habilidade de análise da macro e micro estrutura econômica e da política que engloba tais serviço e na busca por qualidade na assistência integral e humanizada ao usuário do SUS.

6.2. Objetivos Específicos

- Apresentar e discutir conceitos que englobam a Saúde Pública e a Gestão Pública, o conceito de saúde/doença, a formulação de políticas públicas e as questões relacionadas as responsabilidades fiscais na gestão de serviços públicos;
- Capacitar o profissional a compreender processos históricos que permeiam a Gestão Pública e Saúde Pública;
- Refletir sobre as influências políticas e econômicas na formulação e gestão das Políticas Públicas de Seguridade Social, compreendendo processos de financiamento do SUS e de outras políticas sociais associadas;

- Entender as responsabilidades do gestor de serviços de saúde na gestão de informações e financeira com foco no planejamento e avaliação de indicadores como estratégia administrativa;
- Compreender técnicas e metodologias que envolvem a Educação Permanente em Saúde, o trabalho em equipe e em redes de apoio.

7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de júbilamento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

8. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica

e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e do Departamento de Estágios.

9. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
História e conceitos de saúde pública	0h	40h	40h
Educação permanente em saúde	0h	40h	40h
Saúde pública e processo saúde/doença	0h	40h	40h
Redes de atenção à saúde pública	0h	40h	40h
Estado e políticas públicas	0h	40h	40h

Seguridade social: a política de saúde e o SUS	0h	40h	40h
Planejamento, programação e informações em Saúde Pública	0h	40h	40h
Licitações e lei de responsabilidade fiscal	0h	40h	40h
Formulação, gestão e avaliação de políticas públicas	0h	40h	40h

10. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

11. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011. Mensal. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015. Mensal. Disponível em: <

http://seer.abed.net.br/edicoes/2015/08_A_AUTONOMIA_NA_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 19 fev. 2018.

LITTO, F. M. FORMIGA, M. M. M. (org.) **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância, uma visão integrada**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MORAES, M. C. **O Paradigma educacional emergente**. Campinas – SP: Papirus, 1997.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

MORAN, J. M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios**. <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>. Acesso em: 16 de fev de 2018.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: História e conceitos de Saúde Pública

Ementa: O Brasil Colônia, Império e Primeira República. Da era Vargas à quarta república. A saúde no Brasil no período da Ditadura militar e a Reforma Sanitária Brasileira. O Sistema Único de Saúde, sua organização e funcionamento.

Competências e Habilidades:

- Conhecer os principais aspectos do cuidado à saúde no Brasil, desde o início da colonização portuguesa.
- Compreender a relação dos fatos históricos com o início das políticas de saúde no Brasil.
- Refletir sobre a construção histórica do SUS e nosso papel enquanto profissional da saúde.

Conteúdo Programático 1: Brasil Colônia; Império. Primeira República.

Conteúdo Programático 2: Era Vargas à quarta república.

Conteúdo Programático 3: Ditadura militar e Reforma Sanitária Brasileira – 1964 a 1988. |

Conteúdo Programático 4: Sistema Único de Saúde. A organização e funcionamento do SUS.

Bibliografia:

CORREIA, L. C. Instituto de Higiene (1918-1929) no estado de São Paulo – a atuação de Geraldo Horácio de Paula Souza e Mário da Costa Galvão. **Cad. hist. ciênc.** São Paulo. vol.7 no.1 jan./jun. 2011. Disponível em: http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1809-76342011000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 19 set 2020.

EDLER, F. C. **Saúde e Higiene Pública na Ordem Colonial e Joanina**. Arquivo Nacional Brasileiro. 22 fev 2018. Disponível em: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5120&Itemid=372. Acesso em 15/09/2020.

SCOREL, S. TEIXEIRA, L. A. **História das Políticas de Saúde no Brasil de 1822 a 1923: do império ao desenvolvimento populista**. In: GIOVANELLA, L. et al. orgs. Políticas e sistemas de saúde no Brasil (online). 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

Bibliografia complementar:

BRASIL, Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Legislação estruturante do SUS**. Brasília: CONASS, 2011a. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/para_entender_gestao_sus_v13.pdf. Acesso em 11 out 2020.

BRASIL, Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Online. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em 18 set 2020.

SCOREL, S. TEIXEIRA, L. A. **História das Políticas de Saúde no Brasil de 1822 a 1963: do império ao desenvolvimento populista**. In: GIOVANELLA, L. et al. orgs. Políticas e sistemas de saúde no Brasil (online). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012. 2ª ed. rev.

Disciplina: Educação Permanente em Saúde

Ementa: as propostas pedagógicas utilizadas na educação permanente em saúde. Os sujeitos do processo de educação permanente, polos de Educação Permanente em Saúde, desenvolvimento de planos de ação das equipes em Saúde Pública. As diretrizes da Educação Permanente em Saúde, a organização e processo de trabalho dos Polos de Educação Permanente em Saúde, diferença entre educação permanente em saúde e educação continuada. O financiamento da Educação Permanente em Saúde, processo continuado em Educação Permanente em Saúde e a avaliação dos processos em educação permanente em saúde.

Competências e habilidades:

- Aplicar as propostas pedagógicas utilizadas na educação permanente em saúde.
- Identificar os sujeitos do processo de educação permanente. Os Polos de Educação Permanente em Saúde.
- Compreender os conceitos e diferenciar a educação permanente em saúde e a educação continuada.
- Implementar avaliação dos processos em educação permanente em saúde.

Conteúdo Programático 1: Propostas pedagógicas utilizadas na educação permanente em saúde. Educação em saúde e educação permanente em saúde.

Conteúdo Programático 2: Sujeitos do processo de educação permanente. Os Polos de Educação Permanente em Saúde. Desenvolvimento de planos de ação das equipes em Saúde Pública.

Conteúdo Programático 3: Diretrizes da Educação Permanente em Saúde. Organização e processo de trabalho dos Polos de Educação Permanente em Saúde. Diferenciando educação permanente em saúde e educação continuada.

Conteúdo Programático 4: Financiamento da Educação Permanente em Saúde. Processo continuado em Educação Permanente em Saúde. Avaliação dos processos em educação permanente em saúde.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, 2009.

FALKENBERG, Mirian Benites; MENDES, Eliane Pedrozo de Moraes 1 Elza Maria de Souza . Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(3):847-852, 2014.

GIGANTE, Renata Lúcia; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Política de formação e educação permanente em saúde no brasil: bases legais e referências teóricas. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14 n. 3, p. 747-763, set./dez. 2016.

Bibliografia complementar:

LIMA, Sayonara Arruda Vieira; ALBUQUERQUE, Paulette Cavalcanti; WENCESLAU, Leandro David. Educação permanente em saúde segundo os profissionais da gestão de Recife, Pernambuco. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 12 n. 2, p. 425-441, maio/ago. 2014.

SILVA, Luiz Anildo Anacleto da *et al.* Avaliação da educação permanente no processo de trabalho em saúde. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14 n. 3, p. 765-781, set./dez. 2016.

Disciplina: Saúde Pública e Processo Saúde/Doença

Ementa: História da Saúde Pública no Brasil. A relação da saúde pública com o Sistema Único de Saúde. A Lei regulamentadora do Sistema Único de Saúde). Conceito de saúde e doença. Família e o processo saúde-doença. Teorias causais. Modelos conceituais de saúde. O Modelo da História Natural das Doenças e Prevenção de doenças. Determinantes sociais. Iniquidades em saúde. Promoção da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: princípios, diretrizes, eixos operacionais, competências, temas prioritários e responsabilidades institucionais. A relação entre a Saúde Pública, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda de 2030.

Competências e Habilidades:

- Identificar relação da saúde pública com o Sistema Único de Saúde.
- Compreender os modelos conceituais de saúde.
- Compreender a Política Nacional de Promoção da Saúde.
- Compreender a relação entre a Saúde Pública, os objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda de 2030.

Conteúdo Programático 1: História da Saúde Pública no Brasil. A relação da saúde pública com o Sistema Único de Saúde (SUS). A Lei regulamentadora do Sistema Único de Saúde). Objetivo, atribuições, princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Principais condicionantes e determinantes da saúde. Organização, Gestão, Competência e funcionamento do Sistema Único de Saúde.

Conteúdo Programático 2: Conceito de saúde e doença. Família e o processo saúde-doença. Teorias causais. Modelos conceituais de saúde. O Modelo da História Natural das Doenças e Prevenção de doenças. Determinantes sociais. Iniquidades em saúde.

Conteúdo Programático 3: Promoção da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: princípios, diretrizes, eixos operacionais, competências, temas prioritários e responsabilidades institucionais. Dificuldades e desafios para a implementação da Política Nacional de Promoção a Saúde.

Conteúdo Programático 4: A relação entre a Saúde Pública, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda de 2030.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, T. I. P et al. Perspectivas e desafios da “nova” Política Nacional de Promoção da Saúde: para qual arena política aponta a gestão?. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1695-1706, June 2016, Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000601695&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Set. 2020.

BORGHI, C. M. S. O et al. **Determinação ou determinantes sociais da saúde:** texto e contexto na América Latina. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 869-897, set./dez. 2018.

KASTRUP, E et al. **Percepção de especialistas em saúde sobre a Agenda 2030.** 2018. Disponível em: https://cee.fiocruz.br/sites/default/files/CEE_Relat%C3%B3rio%20de%20Pesquisa_agenda2030.pdf

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Relatório 30 anos de SUS, que SUS para 2030?** Brasília: OPAS; 2018. Disponível em: <https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/06/serie-30-anos-sus.pdf>

Bibliografia complementar:

SONAGLIO, R. G et al. Promoção da Saúde: revisão integrativa sobre conceitos e experiências no Brasil. **J. nurs. health**. 2019;9(3):e199301. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/11122/10133>

GOMES, S. M *et al.* O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. **Saude soc.**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 1120-1133, out. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000401120&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 set. 2020

Disciplina: Redes de Atenção à Saúde pública

Ementa: redes de atenção em saúde, princípios norteadores das redes de atenção à saúde, atenção primária em saúde, processos de implantação das redes temáticas prioritárias no Sistema único de Saúde, reorganização dos fluxos de referência e contra referência.

Competências e habilidades:

- Relembrar o conceito de Redes de Atenção em Saúde, princípios norteadores e aprofundar estes conhecimentos com base em evidências científicas.
- Retomar o conceito, os atributos e os papéis da Atenção Primária a Saúde e compreender a operacionalização das Redes de Atenção à Saúde.
- Entender o processo de implantação das Redes Temáticas Prioritárias no Sistema Único de Saúde e sua organização.
- Discutir a reorganização dos fluxos de referência e contra referência nas esferas municipal, regional e estadual.

Conteúdo Programático 1: O conceito de Rede de Atenção em Saúde. Princípios norteadores das Redes de Atenção à Saúde. A relação das redes com as ações de atenção básica. Evidências

científicas nacionais e internacionais acerca das características elencadas no conceito de rede de atenção à saúde

Conteúdo Programático 2: O conceito, os atributos e os papéis da Atenção Primária a Saúde (APS). A Atenção Primária a Saúde (APS) na operacionalização das Redes de Atenção à Saúde.

Conteúdo Programático 3: Processo de Implantação das Redes Temáticas Prioritárias no Sistema Único de Saúde (SUS). Organização das Redes na esfera municipal, regional, estadual e federal.

Conteúdo Programático 4: Reorganização dos fluxos de referência e contra referência nas esferas municipal, regional e estadual.

Bibliografia:

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2015. 127 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.

Política Nacional de Atenção Básica. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2017.

BRONDANI, J. E. Desafios da referência e contrarreferência na atenção em saúde na perspectiva dos trabalhadores. **Cienc Cuid Saude** 2018 Jul-Set 17(3e43568). Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/43568/pdf>

PEITER, Caroline Cechinel et al. Redes de atenção à saúde: tendências da produção de conhecimento no Brasil. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, e20180214, 2019. Available from

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452019000100801&lng=en&nrm=iso)

81452019000100801&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Aug. 2020. Epub Jan 31,

2019. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2018-0214>.

RIBAS, E.N. et al. Enfermeira de ligação: uma estratégia para a contrarreferência. **Rev Bras Enferm [Internet]**. 2018; [cited 2018 Aug 27]; 71(Suppl.1):546-53. Available

from: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0490>

Bibliografia complementar:

NAKATA, Liliane Cristina et al. Conceito de rede de atenção à saúde e suas características-chaves:

uma revisão de escopo. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, e20190154, 2020. Available from

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452019000200154&lng=en&nrm=iso)

81452020000200701&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Aug. 2020. Epub Jan 24, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2019-0154>.

SANTOS, Lenir. Região de saúde e suas redes de atenção: modelo organizativo-sistêmico do SUS. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 22, n. 4, p. 1281-1289, Apr. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002401281&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Aug. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017224.26392016>.

Disciplina: Estado e políticas públicas

Ementa: Conceitos de Estado e de políticas públicas nos diversos contextos sócio políticos. Evolução das políticas públicas. Políticas públicas no contexto da globalização e do neoliberalismo.

Objetivo da disciplina: Compreender conceitos fundamentais para o entendimento do Estado e seu papel no mundo contemporâneo, especialmente no Brasil. A consolidação destes elementos será o suporte para a reflexão crítica esperada nas demais disciplinas de seu curso.

Competências e Habilidades:

- Refletir criticamente sobre o conceito de Estado e sua transformação no decorrer do tempo;
- Identificar os impactos gerados em decorrência da globalização;
- Compreender o multiculturalismo, bem como os movimentos multiculturais e suas organizações políticas.

Conteúdo Programático 1: Estado, Governo e as especificidades do Estado Brasileiro.

Tema base: Conceito de Estado moderno e seus desdobramentos no mundo contemporâneo. Formação do Estado Brasileiro desde suas origens aos dias atuais.

Conteúdo Programático 2: Globalização: conceito e prática na acentuação das desigualdades sociais.

Tema base: Fragmentação étnica e cultural, efeitos da globalização e a intensificação das desigualdades entre países pobres e países ricos.

Conteúdo Programático 3: Democracia, Estado-nação e Globalização.

Tema base: Relação existente entre Estado moderno e democracia. A necessidade de uma nova democracia o mundo globalizado

Conteúdo Programático 4: Multiculturalismo, Ética Igualitária e Organizações Políticas.

Tema base: O multiculturalismo como uma política de manutenção dos Estados Democráticos. Movimentos Sociais como possibilidades de alcance da equidade e da justiça social.

Bibliografia:

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Demais referências:

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo**. SADER, E. e GENTILI, P. (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norbert. **Governo, Estado e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes; 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem e o Teatro das Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2022.

HOOKS, bell. **Olhares Negros: Raça e Representação**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

REGO, Valquíria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

Disciplina: Seguridade Social: a Política de Saúde e o SUS

Ementa: Seguridade social no Brasil. Política de saúde e o Sistema Único de Saúde - SUS. Gestão, organização e funcionamento dos serviços; financiamento e controle social na saúde.

Objetivo da disciplina: Conhecer os fundamentos gerais da Seguridade Social e a gestão da política de saúde.

Competências e Habilidades:

- Compreender a dinâmica de funcionamento do SUS, bem como suas instâncias, funções, princípios e diretrizes;
- Entender os princípios e diretrizes da Seguridade Social no Brasil, tais como Previdência Social, Assistência Social e Saúde;
- Atuar na prática profissional levando em consideração as reflexões acerca da organização do SUS, do protagonismo popular, bem como do papel do assistente social neste âmbito.

Conteúdo Programático 1: Os aspectos conceituais e históricos da Política de Saúde no Brasil e a inserção da saúde enquanto política de seguridade social na CF/88 e a constituição do Sistema Único de Saúde - SUS.

Conteúdo Programático 2: Gestão, organização funcionamento dos serviços de saúde e os pactos da Saúde; e a descentralização e municipalização da saúde.

Conteúdo Programático 3: Princípios e diretrizes da Seguridade Social no Brasil: Previdência Social, Assistência Social e Saúde.

Conteúdo Programático 4: Financiamento, controle social e a participação da população enquanto forma de controle social e protagonismo mediante as Conferências Nacionais de Saúde.

Bibliografia:

ANDRADE, I. O. M. Do nascimento da saúde pública ao movimento pré-SuS. In: **SUS passo a passo:** normas, gestão e financiamento. São Paulo: Hucitec; Sobral: Edições UVA, 2001.

ANDRADE, S. M.; SOARES, D. (orgs). **Bases da Saúde Coletiva**. Londrina: Ed UEL, 2001.

BAPTISTA, Tatiana Vargas de Faria. **História das Políticas de Saúde no Brasil:** a trajetória do direito à saúde. FIOCRUZ e Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2007.

BERTOLLI FILHO, C. **História da saúde pública no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, 2010.

Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atualizacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso: 18 ago. 2020.

PAIM. Jairnilson Silva. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro. Coleção Temas em Saúde. Editora Fiocruz, 2015.

Demais referências:

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Atenção Primária e Promoção da Saúde**. **Brasília:** CONASS, 2003. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2003, 3).

CARNEIRO, Tânia Silva Gomes. et al. O Pacto pela Saúde na prática cotidiana da Atenção Primária à Saúde. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 38, n. 102, p. 429-439, jul-set 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v38n102/0103-1104-sdeb-38-102-0429.pdf>. Acesso: 24 ago. 2020.

CRUZ, P.J.S.C. et. al. Desafios para a Participação popular em saúde: reflexões a partir da educação popular na construção de conselho local de saúde em comunidades de João Pessoa – PB. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.21, n.4, p.1087-1100, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n4/v21n4a25.pdf>. Acesso: 18 ago. 2020.

MONTEIRO, Maria Gabriela. KRONEMBERGER, Thais Soares. **Descentralização e Participação Social no Sistema Público de Saúde**. XXXI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, set. 2007. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/download_zips/33/APS-B2652.pdf. Acesso: 31 ago. 2020.

MOTA, Ana. et al. **Serviço Social e Saúde**. Formação e Trabalho profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PAIM, Jairnilson Silva. **Desafios para a saúde coletiva no século XXI**. [Salvador]: EDUFBA, 2006. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/ptky6/pdf/paim-9788523211776.pdf>. Acesso: 23 ago. 2020.

ROLIM, L. B; CRUZ, R. S. BARRETO. L. C.; SAMPAIO, K. J. A. J. Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. **Revista Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 139-147, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n96/16.pdf>. Acesso: 18 ago. 2020.

SCLIAR, MOACYR. História do Conceito de Saúde. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(1):29-41, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso: 27 jul. 2020.

SILVA, Bela Feiman Sapiertein. et al. A importância do planejamento como prática de gestão na microrregião de saúde de São Mateus (ES). **Revista Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 39, n. 104, p. 183-196, Jan-Mar 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n104/0103-1104-sdeb-39-104-00183.pdf>. Acesso: 18 ago. 2020.

SPEDO, Sandra Maria. et al. O desafio da descentralização do Sistema Único de Saúde em município de grande porte: o caso de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25(8):1781-1790, ago, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v25n8/14.pdf>. Acesso: 22 ago. 2020.

TEIXEIRA, S. M. F. T. Retomar o debate sobre a reforma sanitária para avançar o sistema único de saúde (SUS). **Rev. Administração de Empresa**., São Paulo, v.49, n.4, p. 472-480, 2009.

Ementa: O conceito de território e diagnóstico local. Planejamento estratégico, tático e operacional e programação local em saúde. Sistema de informação em saúde pública. Sistemas de avaliação de serviços de saúde pública.

Competências e Habilidades:

- Compreender o conceito de território e diagnóstico local.
- Compreender o processo de planejamento estratégico, tático e operacional e programação local em saúde.
- Compreender o sistema de informação em saúde pública.
- Compreender os sistemas de avaliação de serviços de saúde pública.

Conteúdo Programático 1: O conceito de território e diagnóstico local (como instrumento de planejamento).

Conteúdo Programático 2: Planejamento estratégico, tático e operacional e programação local em saúde.

Conteúdo Programático 3: Sistema de informação em saúde pública.

Conteúdo Programático 4: Sistemas de avaliação de serviços de saúde pública.

Bibliografia:

BAPTISTA, P.C.P. **Governança Corporativa e Gestão Estratégica**. São Paulo: Editora Senac, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistemas de Informação da Atenção à Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: < <http://www.saude.gov.br/images/pdf/2016/janeiro/15/Livro-SIS-Atencao-a-Saude.pdf>>

BRASIL. Ministério da Saúde. **PNASS: Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde** Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: < http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnass_programa_nacional_avaliacao_servicos.pdf>

NASCIMENTO, A.B. **Sistemas, Políticas e Economia da Saúde**. São Paulo: Editora Senac, 2017.

Bibliografia complementar:

BUSATO, I.M.S. **Planejamento Estratégico em Saúde**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

ROCHA, J.S.Y. **Manual de Saúde Pública e de Saúde Coletiva no Brasil**. São Paulo: Atheneu. 2012.

Disciplina: Licitações e Lei de Responsabilidade Fiscal

Ementa: Estudo da Administração Pública, incluindo seu conceito, formas de organização, diferenciação e classificação dos entes públicos. Compreensão do conceito de licitação e sua fundamentação legal. Diferenciação e análise dos tipos e modalidades de licitação e suas aplicações. Análise dos princípios aplicados à licitação. Verificação das normas que disciplinam as licitações: Lei nº 8.666/93 e a Nova Lei de Licitações, Lei 14133/2021; Lei nº 10.520/02; LC 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Estudo do edital de licitação: forma, elementos, critérios, especificações, instruções. Análise dos principais aspectos e elementos do contrato administrativo: cláusulas, fiscalização, rescisão, multa. Verificação das hipóteses de dispensa do processo licitatório e contratação direta. Análise de recursos cabíveis no processo licitatório e inexecução contratual, e os tipos penais da Lei nº 8.666/93. Aspectos práticos das licitações.

Competências e Habilidades:

- Compreender a Administração Pública, seu conceito, Administração Pública Direta e Indireta;
- Compreender o conceito de ente público, órgãos, entidades, sua diferenciação e classificação;
- Conhecer os diversos tipos e modalidades da licitação, sua aplicação e obrigatoriedade de utilização pelos entes públicos;
- Conhecer as leis que regulamentam e disciplinam o processo de licitação;
- Verificar as atualizações da Nova Lei das Licitações;
- Estudar os princípios que regem o processo licitatório;
- Compreender os elementos que compõe o edital de licitação e sua importância;
- Estudar controle administrativo e responsabilidade fiscal;
- Analisar o controle administrativo nas licitações.

Conteúdo Programático 1: A Administração Pública: conceito, classificação, órgãos, entidades, diferenciação e classificação dos entes públicos; orçamento público. A Administração Pública, serviços Públicos e a necessidade de licitar.

Conteúdo Programático 2: Conceito de licitação: fundamentação legal, tipos, modalidades, princípios aplicados à licitação. Nesta aula será aprofundada a licitação no direito brasileiro, inclusive suas modalidades e as formas de contratação direta, além das formas de dispensa e inexigibilidade. Igualmente, veremos a questão de como se processa a licitação e os critérios de julgamento, seja o de menor preço e melhor técnica ou apenas menor preço. Nova Lei de Licitações.

Conteúdo Programático 3: Processo licitatório. Formas de Contratação. As novas e mais usuais formas de contratação: Pregão Presencial, Pregão Eletrônico e o mais recente, que é o Regime Diferenciado de Contratação. Recursos. Nova Lei de licitações.

Conteúdo Programático 4: Controle Administrativo e Responsabilidade Fiscal; órgãos de fiscalização e formas de fiscalização na licitação. Lei de acesso à Informação.

Bibliografia básica:

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2000.

MONTEIRO, Vera (coord.). O novo regime jurídico das licitações e contratos. Revista do Advogado. São Paulo, nº 153, Mar.2022.

Bibliografia complementar:

AGUIAR, Afonso Gomes. **Lei de responsabilidade Fiscal**. Fórum, 2004.

BRASIL. Lei 12.527/2011. **Lei de Acesso à Informação: promulgada em 18 de novembro de 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 04 abr. 2022.

BRASIL. **Lei de Licitações. 8.666/1993: promulgada em 21 de junho de 1993**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 04 abr. 2022.

Disciplina: Formulação, Gestão e Avaliação de Políticas Públicas

Ementa: Sistemática e os mecanismos das políticas públicas. Ciclo do planejamento à avaliação das políticas públicas. Formulação de políticas públicas. Fases das políticas públicas: construção da agenda, formulação, implementação e avaliação.

Objetivo: Nesta disciplina, você irá conhecer a sistemática e os mecanismos das políticas públicas, como ocorre esse ciclo, do planejamento à avaliação, primeiramente conhecendo os aspectos teóricos sobre o assunto e um pouco da história sobre o tema no Brasil; na sequência, irá ver como são formuladas as políticas públicas, como os Governos podem atender aos anseios da população, quais são as fontes de financiamento, como formular políticas públicas diante da escassez de recursos e do ambiente político, que indiretamente interfere na priorização das necessidades da população. Além disso, estudará as fases das políticas públicas, quais sejam: construção da agenda, formulação, implementação e avaliação. Executar as políticas públicas é fazer acontecer o que foi planejado, sendo que o grande desafio é avaliar o que foi executado e, conseqüentemente, retornar ao início do processo de forma a rever as iniciativas que não obtiveram o resultado esperado.

Conteúdo Programático 1: Teoria da Política Pública. Apresentação dos diversos conceitos e características relacionadas às políticas públicas, compreendendo quais são os atores envolvidos no processo, bem como qual o papel de cada um, com destaque especial ao Estado. Em resumo, será como tecer um cenário sobre o assunto, de forma que você possa ter uma atuação mais segura tanto

na posição de sujeito passivo que é afetado pelas políticas públicas, enquanto cidadão, ou quando sujeito ativo, fazendo parte da execução delas, como agente público na sua área de atuação.

Texto de Apoio: BONETI, Lindomar Wessler. Políticas públicas por dentro. 3ª edição, Unijuí, 2011. ISBN- 13: 9788574299600.

Conteúdo Programático 2: Processos de Política Pública. Construção da agenda, formulação, implementação e avaliação.

Texto de Apoio: BONETI, Lindomar Wessler. Políticas públicas por dentro. 3ª edição, Unijuí, 2011. ISBN- 13: 9788574299600.

Conteúdo Programático 3: Formulação de Políticas Públicas. Formulação das políticas públicas. A decisão e quais políticas serão desenvolvidas.

Texto de Apoio: BONETI, Lindomar Wessler. Políticas públicas por dentro. 3ª edição, Unijuí, 2011. ISBN-13: 9788574299600.

Conteúdo Programático 4: Etapas para formulação e elaboração das políticas públicas. Construção da agenda e quais são as principais etapas para formulação e elaboração das políticas públicas.

Texto de Apoio: ALECIAN, Serge, FOUCHER, Dominique. Guia de gerenciamento no setor público. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: Enap, 2001.

Conteúdo Programático 5: Gestão de Políticas Públicas. O objetivo desta aula é entender como ocorre o processo de gestão das políticas públicas, quais os procedimentos e modelos adotados e os principais. Identificação dos responsáveis pela execução. Reflexão sobre a importância do papel dos servidores públicos na execução das ações e do almejado sucesso das políticas públicas.

Texto de Apoio: BONETI, Lindomar Wessler. Políticas públicas por dentro. 3ª edição, Unijuí, 2011. ISBN-13: 9788574299600.

Conteúdo Programático 6: Modelos e desafios à implementação. Classificações e estrutura para implementação. Desafios enfrentados para a implementação das ações governamentais.

Texto de Apoio: MACHADO JUNIOR, J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. A lei 4.320 comentada e a lei de responsabilidade fiscal. 31. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

Conteúdo Programático 7: Avaliação. Mecanismos de avaliação das políticas públicas, mensuração dos resultados alcançados, com a utilização dos indicadores de desempenho como ferramenta estratégica para mensurar a eficácia, eficiência e efetividade.

Texto de Apoio: TROSA, Sylvie. Gestão pública por resultados: quando o estado se compromete. Rio de Janeiro: Revan, 2001. 4.

Conteúdo Programático 8: Formas de controle. Formas de controle, em especial a atuação dos órgãos de controle interno e externo. Conceito de accountability prestação de contas à sociedade.

Texto de Apoio: LEITE, Maria Iza Pinto de Amorim. Avaliação e financiamento de políticas públicas. Edições UESB, 1ª edição. 2008. ISBN-13: 9788588505711.

Bibliografia:

CRUZ, Flavio. **Comentários à lei n. 4.320**. São Paulo: Atlas, 1999.

LEITE, Maria Iza Pinto de Amorim. **Avaliação e financiamento de políticas públicas**. Edições UESB, 1ª edição. 2008. ISBN-13: 9788588505711.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas – Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 1ª edição, São Paulo: Cengage. 2010. ISBN-13: 9788522110797

Demais referências

ALECIAN, Serge, FOUCHER, Dominique. **Guia de gerenciamento no setor público**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: Enap, 2001.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 3ª edição, Unijuí, 2011. ISBN- 13: 9788574299600.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

MACHADO JUNIOR, J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. **A lei 4.320 comentada e a lei de responsabilidade fiscal**. 31. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

REIS, Heraldo da Costa. **Impactos da LRF sobre a lei 4.320**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. (Lei de Responsabilidade Fiscal: Cadernos IBAM, 2).

THOENIG, Jean-Claude. L'analyse des politiques publiques. In: GRAWITZ, Madeleine; LÉCA, Jean. **Traité de science politique**. V. 4: Les politiques publiques. Paris: PUF, 1985. p. 7.

TROSA, Sylvie. **Gestão pública por resultados: quando o estado se compromete**. Rio de Janeiro: Revan, 2001. 4

12. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).

- Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

